

A FORMAÇÃO DE SOCIÓLOGOS RURAIS NO BRASIL, SUAS CONTRIBUIÇÕES POTENCIAIS E PERSPECTIVAS DE TRABALHO *

Lytton L. Guimarães **

1. INTRODUÇÃO

A formação de cientistas sociais interessados em agricultura e seus aspectos constitui um dos mais agudos problemas do Brasil atual e do mundo menos favorecido pela ciência e pela tecnologia. Esta afirmação pode parecer exagerada, mas um pouco de reflexão irá nos convencer de sua verdade. Grandes transformações sociais estão ocorrendo nos chamados "países agrícolas", sobretudo na América Latina. No Brasil, especialmente, estamos tão perto de mudanças de magnitude que não nos será difícil perceber, de imediato, a sua relevância. O cientista social, e especialmente o sociólogo interessado na vida rural tem, decisivamente, uma responsabilidade e um papel a desempenhar nessa conjuntura.

Nós sabemos, ademais, que estudos sistemáticos na área da Sociologia têm sido grandemente limitados às chamadas sociedades

* Trabalho apresentado à XVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (S.B.P.C.), Belo Horizonte, de 4 a 10 de julho de 1965. Uma variante anterior e mais sucinta deste trabalho foi discutida por um Grupo de Trabalho que se reuniu, por ocasião do Encontro Anual da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, em São Paulo, de 24 a 29 de janeiro de 1965. O autor se valeu dos comentários do referido grupo, especialmente de sugestões do Prof. Francisco Escobar, da ENA da URB.

** Sociólogo do Instituto de Economia Rural e Professor de Sociologia Rural da Escola de Pós-Graduação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Viçosa, Minas Gerais. As idéias aqui expostas não refletem, necessariamente, as da Instituição a que o autor está ligado.

industrializadas, especialmente à sociedade americana, ao passo que as grandes sociedades agrárias vêm sendo relativamente negligenciadas. Dessa maneira, embora muitas proposições sociológicas sejam consideradas universais, no sentido de que os relacionamentos entre as variáveis, presumivelmente, permanecem constantes, em qualquer sociedade, tais relacionamentos, de modo geral, têm sido observados ou testados apenas nas sociedades insustrializadas. Alguns autores argumentam que a Antropologia muito tem contribuído para a pesquisa social, no Brasil. [DIÊGUES JR (10)] Inegavelmente, a contribuição da Antropologia, principalmente na área da pesquisa transcultural, é bastante representativa. No entanto, estudos antropológicos são quase sempre limitados a sociedades "primitivas". Tais sociedades não exibem sistemas complexos de estratificação, não possuem organizações formais etc. Por isso, estudos antropológicos freqüentemente deixam de proporcionar evidência comparativa necessária para testar proposições sociológicas presumivelmente universais [MARSCH (23)]. Segue-se que uma grande tarefa à nossa frente, aliada a outras de cunho mais aplicado, é testar, sistematicamente, tais proposições com dados de sociedades agrárias, tal como a brasileira. Obviamente, isto só será possível se dispusermos de sociólogos qualificados, em número suficiente. É bastante oportuno, portanto, examinar, nesta Reunião, o problema da formação do sociólogo rural, suas contribuições potenciais e seu mercado de trabalho.

O problema da formação de cientistas sociais rurais no Brasil já tem sido objeto de debates. Num Seminário Nacional realizado em 1960, a questão foi examinada por mais de cem professores e técnicos, além de especialistas e observadores de outros países [BRASIL SSR (6)]. Se, por um lado, iniciativas desta natureza, têm, inegavelmente, representado alguma contribuição, por outro lado, o problema da falta de pessoal qualificado para ensino, pesquisa e outras atividades em Ciências Sociais rurais está longe de ser solucionado. A gravidade do problema é, aparentemente, compreendida em alguns setores do País, mas planos e sugestões que porventura surgem não são implementados. Isto, provavelmente, por dois motivos principais:

1. Por falta de conteúdo objetivo que possa orientar a sua aplicação

2. Em virtude de carências estruturais - e possivelmente até mesmo resistências - dos sistemas responsáveis pela formação de pessoal.

Uma evidência desta afirmação é a quase impossibilidade de órgãos nacionais poderem contar com equipes bem treinadas de

cientistas sociais rurais. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), por exemplo, promoveu, recentemente, um encontro de técnicos de diversas instituições do País e do Exterior, como objetivo de debater e sugerir meios de melhor utilizar as Ciências Sociais, em programas de reforma agrária. As principais preocupações dos organizadores do encontro foram, justamente, pesquisa social rural e treinamento de pessoal especializado para a reforma agrária, atividades estas que não podem prescindir da participação efetiva do sociólogo rural [BRASIL IBRA (7)].

Os objetivos principais deste trabalho podem, então, ser assim resumidos:

1. Examinar alguns aspectos do problema da formação de sociólogos rurais, no Brasil, e fazer algumas sugestões nesse sentido.
2. Considerar algumas das contribuições potenciais do sociólogo rural, em face da presente situação brasileira
3. Examinar as suas perspectivas de trabalho.

Inicialmente, será necessário definir alguns conceitos e considerar o método de tratamento. Para melhor compreensão do papel e da função tradicionalmente desempenhados por sociólogos rurais, será conveniente examinar também, embora rapidamente, a evolução e tendências da disciplina. Algumas sugestões mais diretamente relacionadas com o treinamento do sociólogo rural no Brasil serão, então, apresentadas, seguidas de algumas considerações relativamente a suas contribuições potenciais e a suas perspectivas de trabalho.

2. CONCEITOS E MÉTODO DE TRATAMENTO

Em trabalho recente YUAN (38) afirma, acertadamente, que um dos problemas básicos em pesquisa sociológica é classificar comunidades em rurais e urbanas. Na verdade, apesar dos termos "rural" e "urbano" serem usados frequentemente, não há critérios universais para a sua definição. A dificuldade em definir claramente estes dois termos consiste em dois problemas, pelo menos: a impossibilidade de se utilizarem simples categorias estatísticas para esta delinação e o fato de ser quase impossível categorizar rural-urbano [BERTRAND (5)].

Embora o problema venha recebendo muita atenção nos Estados Unidos, estudos publicados em outros países revelam o seu caráter internacional [HOYOIS (17), KUTEER (19), KURTZ (20), SKARDAL (29) e YUAN (38)]. Duas sugestões principais têm sido

apresentadas para a solução do problema: Alguns sociólogos têm argumentado em favor da "dicotomia" rural-urbano e outros têm sugerido a existência de um "contínuo". Os proponentes da teoria dicotômica, mais convencional, acham que as diferenças entre os dois segmentos são categóricas, isto é, comunidades ou são rurais ou urbanas, dependendo principalmente do seu tamanho. Já o outro grupo sugere que as comunidades podem ser analisadas, através de dois tipos polares: o extremamente rural (tipo *Gemeinschaft*, nos termos de Tönnies) e o altamente urbanizado (tipo *Gesellschaft*). Tanto a primeira como a segunda tipologia pressupõem que quanto maior a comunidade, mais elevado o seu grau de urbanização. A última posição tem recebido considerável atenção, nos últimos anos, e está se tornando, realmente, mais sustentável.

No sentido tradicional e aceito do termo, "Sociologia Rural" é a disciplina que estuda o relacionamento humano, no meio rural. Esta definição deixa subentender que a Sociologia Rural é a Sociologia da vida rural. Há uma outra definição em uso, na qual a Sociologia Rural é compreendida mais como um ramo aplicado da Sociologia [BERTRAND (5)]. Esta última definição é, naturalmente, mais limitante, pois o sociólogo rural contemporâneo já não restringe suas atividades à "aplicação" de teoria e métodos da Sociologia Geral, mas procura, ele próprio, desenvolvê-los. Entretanto, não há necessidade de confundir a definição de um conceito com uma concepção da disciplina. Assim, para clareza, usaremos o termo "Sociologia Rural", no sentido comumente compreendido, isto é, o estudo dos grupos sociais rurais.

Devemos considerar agora o método de tratamento.

Todo aquele que já discutiu o problema da formação de cientistas e técnicos deve ter notado que o assunto vem sendo repetido. Os mesmos velhos argumentos são levantados, a mesma velha necessidade é reiterada. Há, às vezes, até confusão em torno do problema. A confusão surge justamente porque o problema é importante. A falta de cientistas e técnicos afeta a vida de um País, de várias maneiras. O problema vai muito além da esfera econômica, e pode estar inter-relacionado com as atitudes sociais e com as tradições nacionais

Inevitavelmente, há maneiras diferentes de encarar o problema. As pessoas que o debatem, muitas vezes, discordam, porque estão falando em níveis ou planos diferentes, dentro de quadros de referência diferentes ou usando padrões diferentes. Muitas vezes, o argumento pode acabar se transformando em debate, a respeito de prioridades. Pode haver, por exemplo, um conflito no que se refere ao tipo de especialista que deve ser treinado, isto é, professô-

res, pesquisadores ou técnicos para programas de ação etc. Pode haver também divergência no que se refere à natureza do treinamento, isto é, se geral ou específico. Ou então pode haver discordância no que se refere ao próprio nível de treinamento, isto é, universitário, de M.S. ou de Ph.D. Nós não faremos nenhum progresso real no estudo do assunto, se não examinarmos êstes e outros ângulos e tentarmos distinguir os padrões que são relevantes para cada um. Para isso é preciso reconhecer que o conflito entre prioridades é, na verdade, um conflito entre caminhos alternativos. Os alemães usam o termo Kompetenzstreit para se referirem a tais situações, que envolvem certa disputa entre critérios diferentes para tratar um mesmo assunto.

Partindo do nosso sistema de ensino, como um quadro de referência, podemos tratar de algumas questões iniciais, que talvez sejam sugestivas à apresentação do problema. Sabemos, por exemplo, que a nossa tendência em matéria de formação superior, em decorrência mesmo dos nossos quadros culturais e institucionais, é o academismo e a generalidade. Tal sistema, tudo indica, não tem dado os resultados desejáveis. Não deveria, então, o treinamento específico, concentrado em uma única área, merecer séria consideração? Não seria esta sugestão aplicável, especificamente, à Sociologia, que tem sido, de certo modo, uma seara sem dono? Por outro lado, poderíamos indagar: Seria possível formar sociólogos rurais, em nível universitário ou pós-graduado, contando apenas com os recursos institucionais e humanos disponíveis? E mais importante ainda: Onde iremos buscar os eventuais estudantes? Há ou haverá, no futuro próximo, um mercado de trabalho que os atraia? O problema é complexo e estas são apenas algumas entre as várias possíveis indagações.

Um exame rápido do desenvolvimento e das tendências da Sociologia Rural permitirá compreender melhor o problema proposto.

3. EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS DA SOCIOLOGIA RURAL

A Sociologia Rural, como hoje a compreendemos, tem suas raízes nos Estados Unidos da América. O primeiro interesse em estudos de comunidades rurais de que se tem registro, surgiu entre estudantes pós-graduados da Universidade de Colúmbia, na última década do século passado. Êstes estudantes foram grandemente estimuladas pelo Professor Franklin H. Guiddings, então do Departamento de Ciência Política. Universidades americanas começaram a oferecer cursos em Sociologia Rural, no início deste século, quando

os primeiros trabalhos sobre o assunto foram divulgados, [GALPIN (12), HOFFER (15)]. No período de 1920-1929 vários outros trabalhos foram publicados e a pesquisa em Sociologia Rural foi "institucionalizada" nos chamados "land grant colleges" [SOROKIN (32), (33)].

O período que vai de 1930 a 1945 tem sido identificado como o "período da maturação na história da Sociologia Rural". Muitos trabalhos importantes foram publicados neste período, quando sociólogos desempenharam um papel saliente no Programa "New Deal" do Presidente Franklin D. Roosevelt. A fundação de Rural Sociology e a organização da "Rural Sociological Society", em 1937, influenciaram enormemente o desenvolvimento da disciplina, nos Estados Unidos, e mesmo em outros países [SMITH (31)].

Um exame dos Volumes I a XXV (1936-1960) de Rural Sociology revelou as seguintes principais tendências:

1. Os estudos de adoção e difusão de práticas e do contínuo rural-urbano aumentaram consistentemente.

2. Os estudos de escolha ocupacional e de mobilidade social tiveram um declínio para ressurgirem, em maior número, na década de 1950.

3. Os estudos de mudanças e tendências populacionais mantiveram-se estáveis.

4. Os estudos da família rural e das condições de saúde tiveram uma ascendência até 1950, e depois declinaram.

5. Os estudos de migrações, política pública e bem-estar social têm declinado, [GUIMARÊS (14)].

Os últimos números de Rural Sociology revelam crescentes tentativas para se combinarem objetivos práticos aos fundamentais.

A tendência atual dos estudos publicados pela revista é em direção a problemas significantes, síntese de achados empíricos, mais preocupação com meios conceptuais e metodológicos e maior ênfase em estudos de processo e mudança social. Esta tendência parece decorrer das recomendações dos vários comitês estabelecidos pela "Rural Sociological Society". Um dos últimos comitês, por exemplo, recomendou que pesquisa fosse orientada para "problemas, métodos e hipótese que tenham demonstrada relevância conceptual para Sociologia e o uso de uma "análise funcional", como quadro de referência", [SLOCUM (30)].

Inegavelmente, a Sociologia Rural, nos Estados Unidos, tem se desenvolvido continuamente. Parece um paradoxo que isto ocorra ao mesmo tempo em que declina a população rural daquele país. Note-se, entretanto, que a vida rural nos Estados Unidos está se tornando cada vez mais complexa e o povo rural está, e provavel-

mente continuará, na primeira linha de importância econômica, Parece evidente, portanto, que sociólogos rurais naquele país não apenas continuarão a estudar o que está acontecendo com as relações sociais que afetam a população rural, mas tendem, naturalmente, a aumentar esta atenção, conforme indicam LARSON (21), KAUFMAN (18) e WILKENING (35) .

A Sociologia Rural surgiu na Europa, principalmente depois da II Guerra Mundial. HOFSTEE (16) mostra que antes da Guerra não havia lugar na Europa para uma Sociologia Rural, com grande orientação aplicada. "A Sociologia, como vinha sendo ensinada nas Universidades Europeias antes da Guerra," diz aquele autor, "era extremamente teórica e mesmo filosófica, em sua natureza". Isto não quer dizer, entretanto, como o próprio HOFSTEE (16) reconhece, que não houve interesse em certos tipos de estudos sociais rurais, antes daquele período. Na França, havia o grupo da Geografia Humana, liderado por Vidal de la Blanche; na Alemanha, o grupo da "Agrarpolitik" e na Holanda o grupo da Sociografia, liderado por Steinmetz. Dessa maneira, havia muito material sobre a vida rural, mas pouca ou nenhuma preocupação com a sistemática científica.

Hoje em dia, pesquisa em Sociologia Rural é feita em quase todos os países da Europa Ocidental e em alguns da Europa Oriental (Iugoslávia, Polônia, Tcheco-Eslováquia). Os principais centros de pesquisa estão, porém, na Itália, França, Alemanha e Holanda, onde está localizada a Universidade Agrícola de Wageningen, que oferece Ph. D. em Sociologia Rural.

Em 1957, a "Sociedade Europeia de Sociologia Rural" foi organizada, com representantes de 13 países Ocidentais. No dizer de HOFSTEE (16) , a Sociedade tem sido um sucesso, Sociedades Nacionais têm surgido após a criação da Sociedade Europeia (a Sociedade Italiana tem tido um grande progresso), o que tem impulsionado a pesquisa e o ensino em Sociologia Rural.

Sociologia Ruralis surgiu em 1960, como um órgão da Sociedade Europeia. Vários outros periódicos, parcialmente dedicados à Sociologia, podem ser encontrados em outros países (Les Cahiers Ruraux, na Bélgica; Zeitschrift für Agrargeschichte und Agrarsoziologie - Revista de História e Sociologia Rural -, na Alemanha; Quaderni di Sociologia Ruralis, na Itália, cujo número três foi inteiramente dedicado à América Latina; Études Rurales, na França).

HOFSTEE (16), como MENDRAS (24), acha que a disciplina Europa, depois da II Guerra Mundial, teve um desenvolvimento rápido e promissor.

A história da Sociologia Rural no Brasil assemelha-se, de

certo modo, à evolução da disciplina no Velho Continente. Só recentemente é que a Sociologia Rural tem surgido como uma disciplina científica, mas documentos históricos atestam a importância da sociedade rural, no estabelecimento e desenvolvimento do País. Há um número apreciável de estudos sobre "vida rural", muitos dos quais se confundem com a nossa literatura. STAVENHAGEN (34) mostra que tais estudos podem ser qualificados de "estudos de Sociologia da vida rural". Ele analisa um grande número desses trabalhos, sob três subdivisões: "estudos de comunidade", "estudos regionais", e "pesquisas de problema".

No primeiro grupo, estão os estudos de orientação sócio-antropológica realizados por Willems, Pierson, Wagley e outros, ou por sua influência. De acordo com STAVENHAGEN (34), até agora esses estudos, quase todos de comunidades, "não têm contribuído suficientemente para uma compreensão da estrutura e processos sociais".

Os estudos regionais têm sido bem aceitos. Muitos deles têm sido orientados por geógrafos e sociólogos franceses ou alemães. Um grande número desses estudos tem sido feito sob os auspícios de organizações governamentais, tais como a SUDENE e o ex-SSR. Até o momento, entretanto, sua natureza tem sido principalmente ecológica, histórica e antropológica-cultural.

Para STAVENHAGEN (34) a principal área de "pesquisa de problema" tem sido a "estrutura agrária". Só recentemente, entretanto, esta área está recebendo mais atenção.

A Sociologia Rural tem sido parte do currículo da Escola Superior de Agricultura da UREMG, por vários anos, bem como do curso pós-graduado em Economia Rural, oferecido pela Escola de Pós-Graduação da mesma Universidade, [MAGALHÃES (22)]. Alguns estudos feitos recentemente por professores e estudantes pós-graduados constituem um esforço inicial da UREMG, no sentido de estabelecer uma tradição de pesquisa nesta área, [BARROS (4), GAMBOA (13), PINTO (26), ROCHA (27) e XAVIER (36)].

Apesar desses esforços e de um ou outro estudo sistematizado, a Sociologia Rural em nosso País, não se pode negar, está na sua fase embrionária. Isto não quer dizer, entretanto, que não haja indícios de que a disciplina caminhe para um maior desenvolvimento profissional e prático, sendo uma evidência desta afirmação a própria iniciativa da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, em incluir no temário desta Reunião, Sociologia Rural como um dos simpósios de importância. Esta iniciativa pode representar um sinal de demanda. É conveniente, portanto, pensar nas principais responsabilidades que futuros sociólogos rurais devem

ter. Talvez a melhor maneira de considerar essas responsabilidades seria examinando o papel e a função tradicionalmente desempenhados por êsses profissionais.

4. PAPEL E FUNÇÃO DO SOCIÓLOGO RURAL

A Sociologia Rural surgiu da necessidade de se conhecerem sistematicamente as condições e os problemas da vida rural. Grande parte da literatura, nesta área da Sociologia, tem sido, por isto mesmo, descritiva dessas condições, visando, principalmente, a catalogar subsídios que possam ser utilizados por técnicos, administradores e líderes interessados em mudança nas comunidades rurais, [BAILEY (3), BRUNNER (8)].

O interesse de sociólogos rurais tem variado amplamente, em parte, em decorrência do próprio interesse das entidades que vêm financiando suas pesquisas. No entanto, suas contribuições têm sido mais expressivas nas seguintes áreas:

1. Compreensão dos aspectos estáveis e transitórios de sociedades rurais;

2. Análise conceptual e construções teóricas de aplicação ampla;

3. Inovação de pesquisa,

4. Assessoramento na formulação de política para a vida rural, [ANDERSON (1)].

Essas contribuições têm sido possíveis, tradicionalmente, através de três atividades principais: ensino, pesquisa e extensão. Consequentemente, os papéis profissionais do sociólogo rural têm sido:

1. O educacional ou da interpretação dos achados científicos, com o fim de transmitir à sua clientela (cientistas sociais, técnicos, administradores, estudantes, líderes etc.) uma imagem realista e melhor compreensão do homem do campo.

2. O papel do especialista em questões de planejamento, tomada de decisão, comunicação etc.

3. O papel de "agente", no qual êle pode aplicar seu conhecimento do comportamento coletivo (grupal e do processo comunal) e assessorar na solução de problemas com os quais determinado grupo esteja preocupado.

Talvez porque a grande maioria dos trabalhos publicados por sociólogos rurais tenha focalizado problemas práticos, havendo até mesmo, na opinião de alguns, certa negligência no que se refere à pesquisa fundamental - de natureza mais abstrata e que permita mais amplas generalizações - algumas das dificuldades mais

sérias no campo da Sociologia Rural têm surgido da evidente inabilidade de se organizar e relacionar efetivamente conhecimentos de teoria e de pesquisa, [HOFFER (15)]. Sociólogos rurais, e, de modo geral, outros cientistas sociais rurais, têm, por um lado, **enfocado** ciência, modelos conceptuais sofisticados, e por outro, problemas sociais, mas nem sempre têm se preocupado em relacionar criticamente os dois. É preciso, portanto, considerar este aspecto na formação de sociólogos rurais no Brasil. A articulação do relacionamento de ciência e sociedade dá apoio e expressão à noção de pesquisa e interpretação - que é o processo do campo aplicado.

Vimos, nestas últimas duas partes, alguns aspectos históricos da disciplina e alguns dos tipos de contribuição que o sociólogo rural vem dando à sociedade e, obviamente, ao próprio desenvolvimento da disciplina. Naturalmente, o seu papel e a sua função exigem do sociólogo rural um preparo especializado. É sobre este preparo que devemos tecer algumas considerações a seguir.

5. SUGESTÕES PARA A FORMAÇÃO DE SOCIÓLOGOS RURAIS

Talvez um bom início para esta discussão seja reconsiderar algumas das indagações anteriores. Foi mencionada uma alternativa entre treinamento específico e mais geral. A própria Sociologia Rural surgiu como um resultado da crescente complexidade da vida social, quando se tornou claro que a Sociologia Geral ou outros ramos da Sociologia não revelam suficientemente os fatos relacionados com o comportamento da população rural. Dêsse modo, a própria existência da Sociologia Rural, como uma disciplina semi-autônoma, como um campo de atividade, em franco progresso, justifica suficientemente a necessidade de especialização. Esta alternativa não deve excluir, evidentemente, uma cooperação mútua entre as diversas disciplinas. O sociólogo rural não pode prescindir de um bom treinamento em teoria sociológica, nem de um treinamento bem dosado em Metodologia de Pesquisa e em Estatística, mas ele não pode, igualmente, prescindir da Economia, da Antropologia, da Psicologia, da Geografia e da História. Ele não pode se fechar em um compartimento estanque, desprezando as demais disciplinas, pois todas elas, embora mantendo cada uma sua "repartição" mais ou menos específica, lidam com a vida social, e têm um aspecto de unidade. Já tem sido argumentado que o conhecimento surge da interseção de estudos diferentes. A melhor maneira de progredir, portanto, é tentar o uso de vários métodos de estudo. Todavia, é claramente impossível a qualquer pessoa pesquisar ou

ensinar com o completo equipamento necessário a cada disciplina. É por isto que devemos pensar em termos de especialização. Não podemos usar os meios do economista ou o conhecimento acumulado do historiador. Mas podemos fazer algumas incursões no território de cada um deles para um reconhecimento preliminar, mesmo que não tenhamos a bagagem necessária ou o tempo para preparar uma expedição completa. Podemos considerar os tipos de perguntas que esses especialistas eventualmente fariam e as possíveis respostas a essas perguntas, como amadores bem intencionados. Então podemos considerar se os métodos diferentes podem ser coordenados. Isto nós dará, quando não um tratamento sistemático, pelo menos uma espécie de perspectiva ordenada. Entre as duas possíveis alternativas de tratar do problema da formação do sociólogo rural no Brasil, parece claro que o critério da especialização aprofundada apresenta inegáveis vantagens.

Se nós quisermos saber os processos pelos quais cientistas sociais são recrutados, selecionados e treinados no Brasil, possivelmente teremos alguma dificuldade em obter uma resposta adequada. Na verdade, ela decorre do fato de esses processos terem sido desenvolvidos sem planejamento e casualmente.

Algumas condições básicas devem existir, se nós quisermos suprir as necessidades de sociólogos rurais capazes e bem treinados. Com base nas sugestões de SIBLEY (28), com respeito ao recrutamento, seleção e treinamento de cientistas sociais, as seguintes condições são aqui submetidas:

1. Jovens com habilidade devem se tornar interessados em Sociologia Rural, como uma possível vocação, antes que eles se comprometam irrevogavelmente com outras carreiras, e enquanto ainda tenham tempo para o necessário e prolongado treinamento;
2. Oportunidades de treinamento devem ser oferecidos àqueles que demonstrarem maiores possibilidades de desenvolvimento, qualquer que seja o seu status econômico;
3. O treinamento a ser proporcionado, além de equipá-los com os meios necessários ao seu trabalho, deve proporcionar-lhes interesse e entusiasmo continuado na carreira;
4. As possibilidades de emprego devem ser suficientemente atraentes àqueles que desejam ser sociólogos rurais.

Pode-se pressupor que a melhora em oportunidades de trabalho em Sociologia Rural decorrerá do progresso nas três primeiras condições, isto é, à medida que os sociólogos rurais ganharem, gradualmente, crescente reconhecimento público.

O treinamento ortodoxo em qualquer disciplina tem sido feito através dos cursos superiores, geralmente de quatro anos. As

universidades alemãs já davam, no século dezenove, o doutorado em várias ciências sociais. Foi da Alemanha que os americanos importam o Ph.D. Entre nós, só recentemente é que se nota maior preocupação com treinamento pós-graduado, envolvendo a obtenção de um grau como, por exemplo, o M.S. Sabemos que as práticas acadêmicas no Brasil estão muito aquém do ideal, e quando pensamos em treinamento pós-graduado em Sociologia Rural, devemos levar em conta o tipo de preparo proporcionado pelas nossas universidades e escolas superiores. Opinamos que os esforços para a formação de sociólogos rurais devem concentrar-se no nível de pós-graduação. Por esta razão, nossas sugestões serão limitadas a este nível de formação. Será muito mais difícil para as escolas superiores estabelecerem currículos para a formação adequada de sociólogos rurais do que uma ou duas Universidades com Escolas de Pós-Graduação se equiparem, com o objetivo de oferecer um treinamento satisfatório em Sociologia Rural, inicialmente, ao nível de M.S. Esta alternativa, aparentemente, cria um problema, ou seja, alguns dos eventuais estudantes, possivelmente, não terão o desejável treinamento básico em Sociologia e cadeiras correlatas. Mas a dificuldade pode ser contornada com um currículo flexível, que inclua alguns pré-requisitos. Por exemplo, se um futuro candidato a M.S. em Sociologia Rural não teve, pelo menos, um curso introdutório em Sociologia, um em Estatística e um em Metodologia de Pesquisa, deverá cursar tais cadeiras, antes ou concomitantemente com os demais requisitos.

Não é novidade que no nível universitário, relativamente pouca atenção se dá ao processo pelo qual conhecimento científico é obtido, porquanto muitos cursos são inteiramente devotados à transmissão de conhecimento acumulado em outros contextos culturais. O nosso treinamento parece ter o seu ponto fraco neste setor. Por esta razão, ênfase especial deve ser dada à Metodologia de Pesquisa.

Um dos problemas mais sérios do sociólogo é o problema da objetividade. O sociólogo é quase sempre envolvido pessoalmente nos fenômenos que estuda. Estuda religião, estrutura social, governo e muitas outras instituições e valores com os quais tem uma relação pessoal. Assim, uma boa parte do seu programa de treinamento deve ser dedicada ao alcance da objetividade, evitando idéias pré-concebidas, tendências e julgamentos éticos, e nada melhor para satisfazer estas exigências do que um bom treinamento em métodos.

Além disso, o ensino pós-graduado em qualquer disciplina deve dar mais ênfase e métodos de saber e não ao que já se sabe.

Maior atenção deve ser dada, portanto, a métodos de pesquisa, análise e interpretação, em vez da transmissão de meios pelos quais o estudante se torna conhecedor apenas de fatos. Embora não se possa esperar que todos os eventuais estudantes pós-graduados façam uma contribuição excepcional ao campo, todos devem compartilhar os padrões de pensamento que caracterizam a pesquisa.

Um programa de M.S. em Sociologia Rural deve exigir, no mínimo, cursos como os que são sugeridos abaixo ou seus equivalentes, além de uma tese original:

1. Um Curso Avançado de Sociologia Rural

Este curso deve incluir estudo sistemático da estrutura e função da família, grupos informais e de localidade, estratos sociais, religião, educação, grupos políticos e ocupacionais etc. Um "survey" dos elementos básicos de cultura, comportamento coletivo, mudança social etc. Enfim, conceitos básicos exigidos para a análise de dados sociológicos. (Deve ter como pré-requisito um curso introdutório de Sociologia Rural).

2. Um Curso de Teoria Sociológica Contemporânea

Este curso deve ser orientado no sentido de proporcionar ao estudante um exame dos principais desenvolvimentos em Teoria Sociológica e Metodológica de Comte até o presente.

3. Seminário Avançado em Sociologia Rural

Este curso deve ser uma análise de tópicos de interesse científico, selecionados dentro do campo de Sociologia Rural, tais como os seguintes: exame crítico de pesquisas, fatores sociológicos no uso da terra, migrações, ecologia social rural, mudança social, processo de decisão, comunicação, estrutura de poder, estrutura agrária, demografia etc.

4. Relações Entre o Campo e a Cidade

Interdependência do campo e da cidade, processos de urbanização, a natureza da comunidade rural-urbana, com ênfase especial na função de organizações e instituições e seus líderes, em relação à comunidade.

5. Um Curso Avançado em Plano e Análise de Pesquisa

O conteúdo deste curso pode ser principalmente o seguinte: delimitação e definição de problemas, plano apropriado para o problema e os dados, seleção de técnicas apropriadas de análise, exame crítico de pesquisa representativa e planos de pesquisas apresentados pelos estudantes. (Deve ter como pré-requisito um curso em técnicas de pesquisa).

6. Estatística

Correlação e regressão múltipla e parcial, testes de

fidedignidade, análise tabular, técnicas de gráficos e amostragem. (Deve ter como pré-requisito, um curso introdutório de Estatística).

Além dos cursos sugeridos anteriormente, dois outros devem ser oferecidos, a fim de se completarem pelo menos 24 horas, isto é, aproximadamente 12 horas, em cada semestre. O estudante pode ser aconselhado - dependendo do interesse de cada um e das facilidades existentes - a completar as exigências, com cursos como os seguintes: Psicologia Social, Extensão Rural, Desenvolvimento Político, Desenvolvimento Econômico etc.

Aqueles que não fizeram pelo menos um curso introdutório em Sociologia Rural, um introdutório em Estatística e um introdutório em Métodos, ou seus equivalentes, terão que satisfazer tais exigências, para frequentar os cursos 1, 5 e 6 ou seus equivalentes. Um estudante nestas condições provavelmente necessitará de um semestre, pelo menos, além do período normal sugerido para completar o M.S. Dessa maneira, um mínimo de 18 meses seria necessário para o M.S. em Sociologia, para candidatos que não tivessem que cursar nenhum pré-requisito, isto é, um ano para os cursos e, aproximadamente, seis meses para a tese. Dois anos seriam necessários para os que tivessem de fazer os três pré-requisitos.

6. CONTRIBUIÇÕES POTENCIAIS DO SOCIÓLOGO RURAL

A expectativa popular com respeito a ciência é, geralmente, de "utilidade imediata". A Sociologia, especialmente, é vista por muitos como essencialmente "teórica", como uma atividade que ainda não demonstrou o seu valor "prático".

O status da Sociologia na opinião do público que, em última análise, irá servir e do qual dependerá, deve ser examinado com cautela. Em parte, a preocupação com a aplicação "prática" e imediata da Sociologia tem sua razão de ser, pois há sociólogos ou pseudo-sociólogos, inteiramente divorciados da realidade. Tais pessoas dificilmente considerariam "normal" um papel "prático" para o sociólogo. Todo ramo científico necessita, obviamente, daqueles que queiram dedicar suas energias a questões que não sejam de utilidade "prática" e imediata, ou mesmo de interesse para a sociedade como um todo, mas a profissão, como tal, deve satisfazer tais exigências.

A responsabilidade da Sociologia, como a de outras ciências, para com a sociedade, no que se refere às exigências acima, em vez de representar um desestímulo, deve ser encarada como uma oportunidade única. Somente com contribuições de reconhecida uti-

lidade social estará a disciplina palmilhando o seu próprio desenvolvimento. E esse tipo de contribuição está sendo reclamado pela nossa sociedade, seja através de órgãos governamentais, serviços educacionais, como a extensão rural ou certas profissões práticas.

Embora se possa pressupor que a utilidade prática é um objetivo, pelo menos implícito, em toda pesquisa sociológica, por mais remoto que seja, em alguns casos, uma das contribuições efetivas que o sociólogo rural poderá fazer à sociedade é desenvolver pesquisas de aplicação, a curto e médio prazos, mas isto não implicaria, evidentemente, no abandono de pesquisas a longo prazo.

Uma contribuição relevante nesse sentido seria o desenvolvimento de modelos de pesquisa para a avaliação de certos tipos de programa, tais como programas de colonização, bem como estudos específicos que possam ajudar no estabelecimento de novos projetos desse tipo. Outra contribuição importante seria o desenvolvimento de modelos para pesquisas de recursos humanos e condições sócio-econômicas regionais, com o objetivo de proporcionar elementos básicos para projetos de desenvolvimento rural. O IBRA, o INDA, a SUDENE e outras entidades federais e estaduais, só poderão implementar os programas que têm preconizado com base em estudos dessa natureza.

Outra área que necessita de pesquisa sociológica é o complexo da difusão de inovações. Muitos ou, possivelmente, todos os serviços de extensão rural dos Estados carecem de base científica para orientar seus programas. Não se sabe, por exemplo, o que determina a aceitação ou rejeição de certas práticas agrícolas e de economia doméstica. Muitos dos fenômenos envolvidos no processo de adoção são de natureza eminentemente social. Tais fenômenos devem ser estudados com profundidade.

O serviço social, a saúde pública, a educação rural e a administração pública, para citar apenas algumas, são atividades práticas que envolvem a utilização de conhecimento obtido, através de pesquisa, em várias disciplinas. Todas elas estão, de um modo ou de outro, preocupadas com pessoas e algumas delas, especificamente, com o homem rural. O seu exercício exige, consequentemente, alguma compreensão do comportamento humano. No Brasil, sociólogos ainda não aproveitaram a oportunidade de colaborar efetivamente com tais profissões. Mesmo em países onde pesquisa em ciências sociais é volumosa, como nos Estados Unidos, líderes nessas profissões não estão satisfeitos com a maneira pela qual têm baseado sua compreensão do comportamento humano, isto é, nas lições casuais da experiência profissional, pelos próprios praticantes dessas profissões. YOUNG (37) sugere que esses líderes

"sabem que há cientistas sociais trabalhando em problemas relacionados, se não idênticos, e estão impacientes porque os resultados desse trabalho tenham sido de tão pouca ajuda prática".

Ao se dirigir a uma reunião de "Assembleia Nacional do Bem-Estar", sobre as "Relações das Ciências Sociais com o Bem-Estar", DAVIES (9), assim resumiu sua posição:

"As ciências sociais podem fortalecer o serviço social, ajudando-o a descobrir e executar métodos para testar os resultados de sua prática e para avaliar suas pressuposições, seja em trabalho de caso, em trabalho de grupo, organização de comunidade ou ação social, e também tornando o conhecimento que têm armazenado, mais facilmente acessível e usável. O serviço social pode fortalecer as ciências sociais formulando conhecimento obtido de sua própria experiência e utilizando as riquezas de seus dados de trabalho para pesquisa básica".

As idéias de DAVIES (9), esboçadas há mais de dez anos, são aplicáveis à nossa situação atual. Há muitas organizações de serviço social impacientes por contribuições efetivas da Sociologia Rural. Muitas dessas organizações, notadamente Escolas de Serviço Social, são pioneiras na orientação de trabalhos de organização e desenvolvimento de comunidade, no meio rural, embora carentes de certos tipos de dados sobre comportamento humano que a Sociologia Rural lhes poderá fornecer, com a profundidade desejável.

ANGELL (2) referindo-se ao benefício mútuo que pode trazer uma colaboração entre sociólogos e assistentes sociais, assim se expressou:

"Eu creio que... investigações por métodos de ciências sociais podem ajudar de três maneiras principais:

a. Proporcionando análise mais profunda dos fatores que criam problemas sociais e constituem a base dos processos dentro dos quais a prática de bem-estar se opera;

b. Determinando quais são as preferências de valor de grupos dos quais a prática de bem-estar deve depender para suporte;

c. Avaliando programas práticos.

Outra aplicação prática que deve contar com uma colaboração efetiva de sociólogos rurais, é a saúde pública. MOUNTIN (25) define a saúde pública como "uma tecnologia aplicada que se alicerça nos pilares das ciências naturais e das ciências sociais". O desenvolvimento das ciências naturais tem possibilitado a erradicação ou redução de muitas das misérias humanas. Entretanto, muitas das doenças evitáveis ou controláveis ainda existem porque "... os alicerces das ciências sociais são relativamente fracos. Até que os pilares ... das ciências sociais sejam (também) fortes, o arco

da saúde pública não será firme", [MOUNTIN (25)].

No dizer de YOUNG (37), o sociólogo não pode fugir à sua responsabilidade de fortalecer o pilar das ciências sociais, que é uma parte essencial ao alicerce da saúde pública. Seria uma pena, portanto, não atender a essa necessidade, que constitui também um desafio, no sentido de identificar deficiências e considerar onde sugerir melhoras.

Num exame do problema das contribuições do sociólogo à saúde pública, no Brasil, ELLENBOGEN (11) sugere que o sociólogo pode atuar como consultor, em órgãos estaduais e federais. Em tal capacidade uma de suas funções seria a de aconselhar como "relatórios podem ser obtidos mais eficientemente, como obter dados importantes e mais dignos de confiança, que auxiliarão no planejamento dessas agências". Faltam atualmente, lembra aquele autor, "dados adequados da maioria dos municípios do País sobre as causas da morbidade, número, distribuição e características de saúde, médicos e outros dados importantes".

É amplamente reconhecido que a Sociologia tem relativamente pouca possibilidade de verificar experimentalmente hipótese e achados. Dessa maneira, a pesquisa sociológica deve depender mais da aplicação em situações práticas como um substituto de laboratório. Tais aplicações, no dizer de YOUNG (37), "revelam lacunas de conhecimento, desenvolvem novas áreas de pesquisa e oferecem fontes excelentes de dados para estudo". Há, evidentemente, o perigo de que o desequilíbrio envolvido em melhoria social possa prejudicar os planos da pesquisa, enfraquecer o apêgo a métodos científicos e levar até a negligência de perguntas fundamentais. Esse perigo, no entanto, pode ser contornado e é recompensado pelas vantagens da coordenação de aplicação e pesquisa.

O único perigo sério aqui envolvido é que sociólogos tentem cooperar com esses profissionais de campos aplicados sem o devido preparo, ignorando as peculiaridades dessas profissões.

Tendo indicado algumas das áreas que oferecem ampla oportunidade e mesmo desafio a sociólogos rurais bem treinados, resta-nos examinar as suas possibilidades de trabalho. Antes, porém, deve-se salientar que as considerações acima não são exaustivas. Nossos comentários foram praticamente limitados à pesquisa.

Há outras atividades não menos importantes, que reclamam a participação efetiva de sociólogos rurais. Uma delas é, obviamente, o magistério. Não seria possível treinar sociólogos rurais, sem contarmos com os professores para tarefa de tal envergadura. Deve ficar explícito, portanto, que funções como a de professor são prioritárias.

Muitas entidades estão a reclamar também a colaboração de sociólogos rurais como assessores, em questões de planejamento, tomada de decisão, na formulação de política para as populações rurais etc.

7. PERSPECTIVAS DE TRABALHO PARA O SOCIÓLOGO RURAL

Depois de têmos considerado alguns aspectos da formação de sociólogo rural e algumas das áreas em que sua contribuição pode se tornar efetiva, resta-nos examinar suas possibilidades de trabalho. De nada valeria tentar estabelecer programas de treinamento e de pesquisa em Sociologia Rural, se não devotássemos especial atenção ao problema da oportunidade de trabalho.

Em princípio, pode-se afirmar que as alternativas ocupacionais do sociólogo rural no Brasil estão diretamente relacionados com os tipos de contribuições funcionais que ele estiver capacitado a dar à sociedade.

No entanto, para que ele possa demonstrar sua capacidade de colaboração é preciso que se lhe dêem oportunidade, pelo exercício da sua função.

Que está, aparentemente, impedindo o sociólogo de obter o status profissional e o reconhecimento a que legitimamente aspira? Possivelmente, a maior barreira para a consecução desses objetivos é a falta de uma organização profissional. Por paradoxal que seja, o sociólogo, que é um estudioso das organizações, ainda não logrou organizar-se profissionalmente, no Brasil. Em mensagem a um grupo de formandos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ELLENBOGEN (11) chama a atenção para este problema. Além de outras vantagens para o sociólogo, diz aquele autor, o estabelecimento de uma profissão, com normas explícitas, bem como com as funções componentes da atuação esperada do sociólogo rural, tornará público certos símbolos "que poderão identificar e distinguir os sociólogos de outros cientistas sociais". Uma organização dessa natureza, sem dúvidas, permitiria a distinção entre a área essencial do sociólogo e as áreas de outras ciências sociais. Da mesma forma, tal organização abriria canais de comunicação entre os próprios sociólogos.

Entretanto, o simples estabelecimento de uma organização profissional não viria dar ao sociólogo o nível de status que ele poderia desejar. A avaliação desse status, lembra ainda ELLENBOGEN (11), "é feita pelos membros da sociedade e não pelos membros da profissão".

A discussão anterior indica que se justificam perfeitamente as expectativas de um desenvolvimento positivo da disciplina. Tal desenvolvimento exige, evidentemente, um número maior de sociólogos bem treinados. Se concentrarmos nossos esforços na solução do problema de treinamento, estaremos contribuindo também para um encaminhamento das outras duas limitações, como sejam, contribuições mais efetivas do sociólogo rural em áreas até agora praticamente inexploradas, no Brasil, e abertura de novas possibilidades de trabalho.

8. SUMÁRIO

Alguns aspectos gerais do problema de formação de sociólogos rurais no Brasil foram examinados neste trabalho e algumas sugestões para um treinamento ao nível de M.S. foram apresentadas. Estas considerações, é desnecessário salientar, não são exaustivas. O problema é complexo e merece tratamento mais aprofundado.

Um exame geral da evolução e tendências da Sociologia Rural nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil, revela que a disciplina está em franco progresso. Tudo indica que a tendência será de demanda cada vez maior do mercado de trabalho. Pode-se pressupor que as oportunidades de trabalho para sociólogos rurais, no Brasil, estão associados, em parte, ao seu papel e à sua função, como foram caracterizados neste trabalho. À medida que o sociólogo rural aumentar quantitativa e qualitativamente suas contribuições à sociedade e à própria ciência, sua área de ação e suas oportunidades de trabalho tenderão a crescer.

No entanto, existem barreiras que estão dificultando a consecução desses objetivos. A maior delas é, possivelmente, a inexistência de uma organização profissional. Uma organização dessa natureza permitiria distinguir entre a área essencial da Sociologia e as áreas de outras ciências sociais e traria, entre outras, a vantagem de abrir canais de comunicação entre os próprios sociólogos.

Algumas das contribuições mais imediatas do sociólogo rural, no Brasil, poderiam ser as seguintes: desenvolvimento de modelos de pesquisa para avaliação de programas de colonização, estudos específicos que possam ajudar no estabelecimento de novos projetos de colonização, desenvolvimento de modelos para pesquisa em recursos humanos, estudos regionais, com o objetivo de proporcionar elementos básicos para projetos de desenvolvimento rural e de reforma agrária e pesquisas sobre difusão de inovações, espe-

cialmente sobre aspectos do processo de comunicação e de mudanças tecnológicas. Além disso, os sociólogos, no Brasil, ainda não aproveitaram a oportunidade de colaborarem efetivamente com certas profissões práticas, como a extensão rural, o serviço social, a saúde pública, a administração pública e outras.

Treinamento especializado é necessário para aqueles que almejam ser sociólogos rurais, para que possam desempenhar satisfatoriamente o papel e a função que deles são esperados. O alcance da objetividade científica e o estudo de ciência como uma atividade devem merecer atenção especial nesse treinamento. Duas razões principais são invocadas para esta ênfase, em objetividade e método:

1. Em nossa formação universitária, relativamente pouca atenção se dá ao processo pelo qual conhecimento científico é obtido.

2. O sociólogo é quase sempre envolvido pessoalmente nos fenômenos que ele estuda.

Por outro lado, o sociólogo rural não pode descuidar-se da realidade. A sua formação deve capacitá-lo não apenas a relacionar criticamente a teoria metodológica (modus operandi da pesquisa científica) com a teoria substantiva (o que estudar), mas também a relacionar, criticamente, com a sociedade, esse conhecimento teórico.

9. SUMMARY

In this paper some general aspects of the training problem of rural sociologists in Brazil were examined, and some suggestions were made for a Master's program. The discussion here presented is not exhaustive. The problem is complex and should be treated in greater depth.

A general view of the evolution and trends of rural sociology in the United States, in Europe, and in Brazil shows that rural sociology as a discipline is progressing, in terms of number of contributions appearing in journals and periodicals. There is indication of an increasing demand for well trained rural sociologists. Employment opportunities for rural sociologists in Brazil will tend to increase as they increase their contribution to society and to the development of science.

However, there are some barriers that are making it diffi-

cult for Brazilian rural sociologists to attain these objectives. It appears that one of the major barriers is possibly the lack of a professional organization, which would permit distinguishing between the essential area of sociology and those of other social sciences. Such an organization would also have the advantage of opening channels of communication among sociologists.

Some of the immediate contributions of Brazilian rural sociologists could be the following: the development of research models to evaluate colonization programs; specific studies that may assist in the establishment of colonization projects, the development of models for research in human resources; regional studies that may help in setting up rural development and agrarian reform projects; and research on diffusion of innovations, especially on aspects of the communication process and technological change. Furthermore, Brazilian sociologists have not as yet taken advantage of the opportunity to cooperate effectively with certain practical professions, such as agricultural extension, social work, public health, public administration, and so on.

Specialized training is necessary for those who wish to become rural sociologists. The problem of scientific objectivity and the study of science as an activity should deserve especial attention in their training. Two main reasons are invoked for this emphasis on objectivity and methods:

a. in Brazilian university training relatively little attention is given to the process by which scientific knowledge is obtained, and

2. sociologists are frequently involved in the phenomena they study-

On the other hand, rural sociologists cannot overlook reality. Not only should their preparation enable them to critically relate methodological theory (modus operandi of scientific research) to substantive theory (what to study), but they should also be prepared to critically relate this theoretical knowledge to society.

10. LITERATURA CITADA

1. ANDERSON, C.A. - Trends in Rural Sociology. In Merton, R. K. et alii, ed. *Sociology Today: Problems and Prospects*. New York, Basic Books, Inc., 1960. p. 360-75.
2. ANGELL, R. C. - A Research Basis for Welfare Practice.

- Soc. Work J. 35:169. 1954. In YOUNG, D. Sociology and the Practicing Professions. Am. Soc. Rev. New York, 20 (6):641-53. 1955.
3. BAILEY, W. C. - Rural Development and the Social Sciences. Sociologia. São Paulo, 22(1): 52-70.
4. BARROS, E. de V. - O Problema da Liderança. Rio de Janeiro, Serviço Social Rural, 1960. 279 p.
5. BERTRAND, L., ed.- Rural Sociology: An Analysis of Contemporary Rural Life. New York, McGraw-Hill Book Co., 1958. p. 24.
6. BRASIL. Serviço Social Rural - Anais do Seminário Nacional sobre as Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil: Rio de Janeiro, 5 a 8 de julho de 1960. Rio de Janeiro, Serviço Social Rural, 1961. 242 p.
7. _____. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - As Ciências Sociais em Programas de Reforma Agrária: Contribuições de um Grupo de Trabalho. Relatório mimeografado. Rio de Janeiro, IBRA, 1965. 17 p.
8. BRUNNER, E. de S. - The Growth of a Science: Half a Century of Rural Sociological Research in the United States. New York, Harper and Bros., 1957. p. 1-10.
9. DAVIES, S. T. - The Relation of Social Science to Social Welfare. Soc. Work J. 31:32. 1950, In YOUNG, D. Sociology and the Practicing Professions. Am. Soc. Rev., 20 (6): 641-53. 1955.
10. DIÉGUES JR. M., - A Sociologia Rural no Brasil. Estudos Sociol. 3:30-64. 1963. In World Agricultural Economics and Rural Sociology Abstracts, Amsterdam, 6 (3):502, Abs. 1985. 1964.
11. ELLENBOGEN, B. L. - O Papel do Sociólogo na Realidade Brasileira. Academus. São Paulo, 5: 21-24. 1963.
12. GALPIN, C. J. - The Social Anatomy of an Agricultural Com-

- munity. Agr. Exp. Sta. of the Univ. of Wisconsin. Res. Bul. 34. 1915. 34 p.
13. GAMBOA C., J. - Estudo de Sistemas Sociais numa Comunidade do Brasil. Tese não publicada. Escola de Pós-Graduação, Univ. Rural do Est. de Minas Gerais, Viçosa, MG, 1963. 93 p.
 14. GUIMARÃES, L. L. - Rural Sociology: Origins, Development and Trends. Trabalho não publicado. Univ. Rural do Est. de Minas Gerais, Viçosa, MG, 1963. 22 p.
 15. HOFFER, C.R. - The Development of Rural Sociology. Rural Sociology, 26 (1): 1-14. 1961.
 16. HOFSTEE, E. W. - Rural Sociology in Europe. Comunicação apresentada à Reunião Anual da Rural Sociological Society, Washington, D. C., 1962.
 17. HOYOIS, G. - Les approches de la sociologie rurale. Bull. Rech. Econ. & Soc. Louvain, 20: 647: 79. 1960. In World Agricultural Economists and Rural Sociology Abstract, Amsterdam, 3 (2): 224, Abs. 856. 1961.
 18. KAUFMAN, H. F. - A Perspective for Rural Sociology. Rural Sociology, 28 (1): 1-17. 1963.
 19. KÜTTER, H. Landbevölkerung im sozialen Wandel: ein Beitrag zur Ländlichen Soziologia. Düsseldorf-Köln, Eugen Diederichs, 1958. 183 p. In World Agricultural Economics and Rural Sociology Abstracts Amsterdam 1 (1): 38, Abs. 105. 1959.
 20. KURTZ, R.A. e Smith, J. - Social Life in the Rural-Urban Fringe Rural Sociology, 28 (1): 24-38. 1961.
 21. LARSON, O. - The Role of Rural Sociology in a Changing Society. Rural Sociology, 24 (1): 1-10. 1959.
 22. MAGALHÃES, E. P. - Ciências Econômico-Sociais na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Comunicação apresentada à Reunião de Especialistas Agrícolas, Rio de Janeiro, 1964.

23. MARSCH, R. M. - Training for Comparative Research in Sociology. *Am. Sov. Rev.*, 27 (1): 147-49. 1961.
24. MENDRAS, H. - Les études de sociologie rurale en Europe. *Sociologia Ruralis*, 1 (1): 1-20. 1960. *In* *World Agricultural Economics and Rural Sociology Abstract*, Amsterdam 2 (3): 298, Abs. 1260. 1961..
25. MOUNTIN, J. W. Foreword, *In* ROEMER, M. I. e WILSON, E. A. - *Organized Health Services in a Rural County*. Washington, Public. Health Service, 1951.
26. PINTO, J. B. G. - São José do Triunfo: Um Povoado Mineiro entre Outros. *Experientiae*, Viçosa, MG, 3 (2), 59.p.
27. ROCHA, F. A. S. - *Ligações Entre um Sistema Social Rural e Outros Sistemas: Zueira, Município de Ubá*, 1962. These não publicada. Escola de Pós-Graduação, Univ. Rural do Est. de Minas Gerais, Viçosa, MG, 1964. 86 p.
28. SIBLEY, E. - *The Recruitment, Selection and Training of Social Scientists*. New York, Social Science Research Council, 1948. p. 3.
29. SKARDAL, O. - *Randsøner mellom by og bygd i Norge (Rural-Urban Fringe in Norway)*. Vollebekk: 1959. 21 p. Landbrukshgskole. Institut for Driftslaere og Landbrukskonomi. Memorandum 12. *In* *World Agricultural Economics and Rural Sociology Abstracts*, Amsterdam, 2 (2): 168, Abs. 706. 1960.
30. SLOCUM, W. L. - *Areas for Research in Rural Sociology. Sociology and Social Research*. *In* GUIMARÃES, L. L. *Rural Sociology: Origins, Development and Trends*. Trabalho não publicado. Univ. Rural do Est. de Minas Gerais, Viçosa, MG, 1963. 22 p.
31. SMITH, T. L. - *Rural Sociology in the United States and Canada: A Trend Report*. UNESCO, Paris, 6, 1957. *In* GUIMARÃES, L. L. *Rural Sociology: Origins, Development and Trends*. Trabalho não publicado. Univ. Rural do Est. de Minas Gerais, MG, 1963. 22 p.

32. SOROKIN, P. A. e Zimmernan, C. C. - The Principles of Rural-Urban Sociology. New York, Holt, 1929.
33. _____, et alii, - Systematic Source Book of Rural Sociology. In GUIMARÃES, L. L. Rural Sociology: Origens, Development and Trends. Trabalho não publicado. Univ. Rural do Est. de Minas Gerais, Viçosa, MG, 1963. 22 p.
34. STAGENHAGEN, R. - Rural Sociological Research in Brazil. Rural Sociology, 29 (3): 234-35. 1964.
35. WILKENING, E. A. - Some Perspectivas on Change in Rural Societies. Rural Sociology, 29 (1): 1-17. 1964.
36. XAVIER, N. U. - Análise de Aspirações Profissionais de Jovens Rurais em Viçosa e Cajuri. Minas Gerais, Brasil. Tese não publicada, Esc. de Pós-Graduação, Univ. Rural do Est. de Minas Gerais, Viçosa, MG, 1964. 56 p.
37. YOUNG, D. - Sociology and the Practicing Professions. Am. Soc. Rev., 20 (6): 641-48. 1958.
38. YUAN, D. Y. - The Rural-Urban Continuum: A Case Study of Twaian. Rural Sociology, 29 (3):